

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**  
**PARECER – PROJETO DE LEI Nº 059/2023**

**PROCESSO:** 1901/2023

**REFERÊNCIA:** Projeto de Lei nº 059/2023

**AUTOR:** Vereador Terciliano Gomes Araújo.

**ASSUNTO:** “Dispõe sobre a alteração do pictograma que representa pessoa idosa em placas utilizadas em espaços públicos e privados no Município de Araguaína e dá outras providências. ”

## I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei nº059/2023, de autoria do vereador Terciliano Gomes Araújo. Após a tramitação regular, vieram os autos sob o nº 1901/2023 para a Comissão de Finanças e Orçamento, para elaboração de parecer.

## II – PARECER

De acordo com o artigo 48, do Regimento Interno desta Casa de Leis, compete à Comissão de Finanças e Orçamento emitir parecer sobre todos os assuntos de caráter financeiro, e especialmente sobre:

Art.48. [...]

III - as proposições referentes à matéria tributária, abertura de créditos, empréstimo público e as que direta ou indiretamente alteram a despesa ou a receita do Município, acarretam responsabilidade ao erário Municipal ou interessem ao crédito público;

Na mensagem de justificativa, o nobre vereador assim justifica: “O presente Projeto de Lei tem como objetivo a alteração do pictograma que representa a pessoa idosa em placas utilizadas em espaços públicos e privados. Um pictograma é um símbolo que representa um objeto ou conceito por meio de desenhos

Rua das Mangueiras, 10 – Centro – Palácio Legislativo Dep. Darcy Marinho | 77804-110  
Fone: (63) 3416-0401 | [www.araguaina.to.leg.br](http://www.araguaina.to.leg.br) | [portal@araguaina.to.leg.br](mailto:portal@araguaina.to.leg.br)



figurativos. Essa mudança é necessária, haja vista que o pictograma das placas atuais que representa a pessoa idosa é pejorativo. (...).”

A Lei Orgânica Municipal exige que o projeto de lei que implique em despesa deverá ser acompanhado de indicação das respectivas dotações orçamentárias especificadas no orçamento de vigência. Vejamos:

Art. 59. (...)

Parágrafo único. O projeto de lei que implique em despesa deverá ser acompanhado de indicação das respectivas dotações orçamentárias especificadas no orçamento de vigência.

Quanto ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), o projeto em análise dispõe sobre a alteração do pictograma que representa pessoa idosa em placas utilizadas em espaços públicos, gerando possíveis gastos, motivo pelo qual se faz necessário o acompanhamento dos anexos previstos no artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

- I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;
- II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Vale destacar que o mero fato de gerar novas despesas ao Poder Executivo não obstaculiza a tramitação de projetos de lei, **desde que haja previsão do programa na lei orçamentária anual, na forma do artigo 167, I, da CF/88**. Inclusive, o Supremo Tribunal Federal já pacificou o entendimento de que “Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos. ” (ARE nº 878.911/RJ, Relator: Min. Gilmar Mendes, publicado em 11/10/2016).

No entanto, esta Comissão recomenda a juntada da **estimativa do**

Rua das Mangueiras, 10 – Centro – Palácio Legislativo Dep. Darcy Marinho | 77804-110  
Fone: (63) 3416-0401 | [www.araguaina.to.leg.br](http://www.araguaina.to.leg.br) | [portal@araguaina.to.leg.br](mailto:portal@araguaina.to.leg.br)



**impacto orçamentário-financeiro**, conforme dispõe o art. 59, da Lei Orgânica Municipal, o art. 113 do ADCT, e o art.16, incisos I e II, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Portanto, quanto ao aspecto financeiro-orçamentário, esta comissão entende que a presente proposição não apresenta vício capaz de impedir a aprovação nesta Casa Legislativa, recomendando, no entanto, que seja juntada a estimativa do impacto financeiro-orçamentário.

### III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, a Comissão de Finanças e Orçamento manifesta parecer **FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI N° 059/2023**.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA,  
Estado do Tocantins, 30 de janeiro de 2024.

**Ver. Edimar Leandro da Conceição**  
Presidente

**Ver. Geraldo Francisco da Silva**  
Relator

**Ver. Ygor Sousa Cortez**  
Vice-Presidente

**Ver. Jorge Ferreira Carneiro**  
Membro

Nº PROC.: 01901 - PL 059/2023 - AUTORIA: Ver. Terciliano Gomes  
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE EM <https://araguaina.votacaoeletronica.inf.br/autenticidadepdf>  
CODIGO DO DOCUMENTO: 003158 CHAVE DE VERIFICACAO DE INTEGRIDADE: 45ED316A920C13A787EC034F93A5779C

